

Israel como um Estado de Apartheid, Não uma Democracia

A caracterização de Israel como uma democracia tem sido, há muito tempo, um pilar de sua imagem internacional, enraizada em seu sistema parlamentar, eleições e estrutura legal. No entanto, um exame mais detalhado de suas políticas, particularmente em relação aos palestinos, revela uma estrutura sistêmica de discriminação e segregação que se alinha mais com o apartheid do que com os princípios democráticos. Este ensaio argumenta que Israel funciona como um estado de apartheid, em vez de uma verdadeira democracia, com base em evidências de discriminação sistêmica, supressão de dissidências e disparidades marcantes nos direitos entre israelenses judeus e palestinos, conforme destacado por organizações de direitos humanos, estruturas legais e desenvolvimentos políticos recentes.

Discriminação Sistêmica e Apartheid

O apartheid, conforme definido pela Convenção sobre o Apartheid de 1973, é um sistema de segregação e discriminação racial institucionalizada projetado para manter a dominação de um grupo racial sobre outro. O relatório da Anistia Internacional de 2024, *O Apartheid de Israel contra os Palestinos*, apresenta um caso detalhado para essa designação, argumentando que o tratamento de Israel aos palestinos — por meio de discriminação, desapropriação e repressão — constitui um sistema desenhado para privilegiar os israelenses judeus às custas dos palestinos. O relatório destaca políticas como a expropriação de terras, demolições de casas e acesso restrito a recursos como água e eletricidade, que afetam desproporcionalmente os palestinos em Israel, na Cisjordânia e em Gaza. Por exemplo, na Cisjordânia, os colonos judeus desfrutam de plenos direitos de cidadania, enquanto os palestinos vivem sob a lei militar, carecendo de liberdades básicas como movimento e participação política. Esse sistema legal duplo — lei civil para judeus e lei militar para palestinos — reflete a segregação racial do apartheid na África do Sul, onde os direitos eram alocados com base na raça.

Além disso, a Lei do Estado-Nação de 2018, que declara Israel como o “estado-nação do povo judeu”, prioriza explicitamente a identidade judaica sobre os direitos iguais para todos os cidadãos. Essa lei rebaixa o árabe como língua oficial e promove o assentamento judeu como um valor nacional, marginalizando efetivamente os 20% da população de Israel que são árabes. Tais políticas minam o princípio democrático de cidadania igualitária, pois consagram a supremacia judaica na lei, uma marca distintiva dos sistemas de apartheid, onde os direitos de um grupo superam os de outro com base na etnia ou raça.

Supressão de Dissidências e Representação Política

Uma democracia funcional garante a liberdade de expressão e a participação política igualitária, mas o tratamento de Israel aos cidadãos palestinos e seus representantes revela uma contradição gritante. O informe da Anistia Internacional de 2022, *Eleitos, mas Restringidos: Espaço Encolhido para Parlamentares Palestinos no Knesset de Israel*, documenta como

os membros palestinos do Knesset (MKs) enfrentam regulamentações discriminatórias que limitam sua capacidade de representar seus eleitores. Por exemplo, projetos de lei propostos por MKs palestinos que abordam os direitos de sua comunidade foram desqualificados antes da discussão, e a Lei de Expulsão de 2016 permite que o Knesset remova MKs por “incitação ao racismo” ou “apoio à luta armada”, uma disposição frequentemente usada para atingir MKs árabes. O caso do MK Ofer Cassif, que enfrentou uma tentativa de expulsão em 2024 por apoiar o caso de genocídio da África do Sul contra Israel no Tribunal Internacional de Justiça, exemplifica essa supressão. Embora a tentativa de expulsão tenha falhado, Cassif foi suspenso por seis meses, uma medida que críticos argumentam ter sido politicamente motivada para silenciar dissidências.

As suspensões de MKs árabes têm sido um padrão recorrente, afetando desproporcionalmente partidos árabes como Hadash-Ta'al e Ra'am. Em 2023, Aida Touma-Sliman e Iman Khatib-Yassin foram suspensas por criticar as ações militares israelenses em Gaza, por dois meses e um mês, respectivamente. Casos históricos, como as múltiplas suspensões de Haneen Zoabi (por exemplo, seis meses em 2014 por declarações de apoio à resistência palestina), ilustram ainda mais essa tendência. Essas ações contrastam fortemente com a falta de responsabilidade para MKs judeus que se envolvem em incitação, como durante a Marcha da Bandeira de Jerusalém em 2023, onde participantes gritaram “Morte aos árabes” sem enfrentar consequências semelhantes. Esse duplo padrão — punir MKs árabes por seus discursos enquanto tolera a incitação de nacionalistas judeus — mina o princípio democrático de tratamento igual perante a lei e sugere um sistema projetado para suprimir vozes minoritárias, uma característica do apartheid, não da democracia.

Disparidades nos Direitos e Condições de Vida

As experiências vividas pelos palestinos sob controle israelense corroem ainda mais a alegação de democracia. Em Gaza, como destacado por uma postagem da UNRWA em 25 de maio de 2025, o bloqueio e operações militares repetidas criaram uma crise humanitária, com a ONU pedindo 500-600 caminhões de ajuda por dia para evitar mais desastres. O relatório da Comissão da ONU sobre instalações de saúde em Gaza documenta ataques à infraestrutura médica, particularmente cuidados pediátricos e neonatais, como violações do direito à vida e à saúde, que podem equivaler a crimes contra a humanidade. Essas condições, combinadas com a destruição deliberada de cuidados de saúde reprodutiva, afetam desproporcionalmente os palestinos, criando um forte contraste com os direitos e serviços disponíveis para os israelenses judeus.

Dentro de Israel, os cidadãos palestinos enfrentam discriminação sistêmica em habitação, educação e emprego. A prática de demolição de casas, conforme observado pela Anistia, é um mecanismo-chave de deslocamento, com famílias palestinas sendo negadas licenças de construção enquanto assentamentos judeus se expandem. Em Jerusalém Oriental, os palestinos frequentemente têm seus direitos de residência negados, enquanto os colonos judeus recebem tratamento preferencial. Essas disparidades não são acidentais, mas estão incorporadas em um quadro jurídico e político que prioriza a dominação judaica, refletindo o objetivo do apartheid de manter o controle racial por meio de segregação e desigualdade.

Contra-argumentos e Refutação

Os defensores do status democrático de Israel frequentemente apontam para suas eleições, judiciário independente e a presença de MKs árabes no Knesset como evidências de democracia. No entanto, esses elementos são minados pelas desigualdades sistêmicas e supressão descritas acima. As eleições, embora realizadas regularmente, não se traduzem em poder político igual quando os MKs árabes enfrentam restrições e suas comunidades são marginalizadas. O judiciário, apesar de ocasionalmente emitir decisões a favor dos direitos palestinos, tem sustentado leis como a Lei do Estado-Nação e a Lei de Expulsão, que consagram a supremacia judaica. Além disso, a presença de MKs árabes não equivale a uma representação significativa quando eles são rotineiramente alvo de suas opiniões políticas, como evidenciado pelas suspensões e tentativas de expulsão.

Outro argumento é que as ações de Israel são uma resposta a ameaças de segurança, como o terrorismo palestino. Embora as preocupações com segurança sejam reais, elas não justificam a discriminação generalizada e a punição coletiva infligida aos palestinos. O bloqueio de Gaza, a ocupação militar da Cisjordânia e a supressão de dissidências dentro de Israel vão além de medidas de segurança direcionadas, criando um sistema de controle que privilegia um grupo sobre outro com base na etnia — uma característica definidora do apartheid, não uma resposta democrática às ameaças.

Conclusão

As políticas e práticas de Israel — discriminação sistêmica, supressão de dissidências e disparidades marcantes nos direitos — alinham-se mais com o apartheid do que com a democracia. O quadro jurídico, como visto na Lei do Estado-Nação e na Lei de Expulsão, prioriza a identidade judaica sobre a cidadania igualitária, enquanto o tratamento de MKs palestinos e cidadãos revela um padrão de exclusão e repressão. A realidade vivida pelos palestinos, seja em Gaza, na Cisjordânia ou dentro de Israel, é de segregação e privação, em forte contraste com os direitos concedidos aos israelenses judeus. Esses elementos, documentados por organizações de direitos humanos e apoiados por eventos recentes, desafiam a narrativa de Israel como uma democracia e, em vez disso, pintam o quadro de um estado de apartheid, onde a desigualdade sistêmica e a dominação definem a ordem política e social. Uma verdadeira democracia exige igualdade, liberdade e justiça para todos, princípios que o sistema atual de Israel não consegue sustentar para os palestinos.